



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº.: 10980.001745/99-85

Recurso nº.: 124.751

Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – Exs: 1996

Embargante : CONSELHEIRO VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE

Embargada : TERCEIRA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Interessada : HOBBY COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Sessão de : 27 de julho de 2001

Acórdão nº : 103-20.674 E RP/ nº 103-0.264

LIMITAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS – ÂMBITO DA CHAMADA “TRAVA” – Submetida ao Poder Judiciário a legalidade da “trava” de prejuízos fiscais, instituída pelo legislador ordinário, no âmbito da discussão judicial a execução do crédito tributário se subsumirá ao que vier consubstanciar a coisa julgada.

Na matéria não objeto da concomitância, em face do direito adquirido e pela subversão do fato gerador do tributo (disponibilidade econômica ou jurídica), não é de se aceitar a limitação da fruição dos prejuízos fiscais ao percentual de 30%, prática criada meramente para acréscimo da carga tributária do sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por HOBBY COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para, retificar a decisão do Acórdão nº 103-20.580, que passa a ser: Por maioria de votos, NÃO TOMAR conhecimento do recurso em relação ao ano-calendário de 1995 e, no mérito, DAR provimento ao recurso, em relação aos anos-calendários de 1996 e 1997, vencidos os Conselheiros Neicyr de Almeida e Cândido Rodrigues Neuber que negaram provimento, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÁNDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE
RELATOR

FORMALIZADO EM: 27 AGO 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO E PASCHOAL RAUCCI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10980.001745/99-85
Acórdão nº : 103-20.674

Recurso nº. : 124.751
Embargante : CONSELHEIRO VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE
Interessada : HOBBY COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

RELATÓRIO

Por vislumbrar omissão no Ac. 103-20580 (fls. 92/97), este Relator representou ao I. Presidente desta Colenda Câmara, na medida em que, a seu entender, restou não ferida parte da matéria submetida no âmbito do Recurso Voluntário. Em verdade, quando se decidiu que toda a matéria atinente à limitação da compensação de prejuízo deveria ficar subsumida ao que foi submetido pelo sujeito passivo ao âmbito do Poder Judiciário, não atentou-se para o fato de que apenas o ano calendário de 1995 é que foi objeto da perlenga judicial. Já o mesmo não se pode dizer para os anos calendários de 1996 e 1997.

Daí, nos termos da norma regimental, a submissão do procedimento novamente a esta Câmara para correção daquela omissão.

Saliento que a representação foi admitida no r. despacho de fls. 99.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10980.001745/99-85
Acórdão nº : 103-20.674

V O T O

Conselheiro Victor Luis de Salles Freire, Relator;

Efetivamente restou não ferida no âmbito do julgamento do recurso voluntário a chamada "trava" dos prejuízos fiscais para os anos-calendários de 1996 e 1997. E isso de maneira incorreta, no aspecto processual, haja vista que o dissídio judicial se reportou apenas ao ano calendário de 1995. Ademais, feriu-se matéria atinente aos juros de mora, não objeto do recurso.

Sendo de rigor necessária a retificação do Acórdão 103-20.580, tomado em sessão de 19 de abril de 2001, inicialmente voto por se acolher a inadmissibilidade da "trava" nos anos calendários de 1996 e 1997. E faço-o na esteira do Acórdão 103-20.606, votado em sessão de 23 de maio de 2001, de lavra do Conselheiro Relator Paschoal Raucci, que subscrevi, e cuja ementa é a seguinte:

"COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS - Prejuízos compensáveis acumulados até 31/12/94 permanecem submetidos às disposições da legislação vigente à época de sua apuração. Precedentes dos Acórdãos 101.92411/98 e 101.75566/84, da 1ª Câmara deste Conselho."

Em verdade, quando o legislador inovou para limitar no âmbito do art. 42 da Lei 8981/45 a compensação dos prejuízos acumulados até 31.12.94 ao limite de 30%, seguramente fê-lo por razões exclusivamente de ordem arrecadadora mas, neste particular, feriu direito constitucionalmente assegurado ao contribuinte, além de sopesar os maiores e melhores princípios de que o contribuinte não pode ser tributado enquanto possui posição deficitária perante o Fisco sob pena de se transmutar o fato gerador do imposto de renda, olvidando o princípio maior da disponibilidade econômico-jurídica, apta a sustentar o lançamento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10980.001745/99-85
Acórdão nº : 103-20.674

Anoto, por igual, imprecisão do acórdão ao ferir matéria atinente a juros de mora, que não foi objeto de apelo nesta instância recursal.

Sob tais fundamentos ratifico o acórdão 103-20.580 para o efeito de, desde logo, excluir do âmbito da discussão nesta instância qualquer matéria atinente a juros de mora e, no âmbito do contraditório maior, declarar que, em face do princípio da concomitância, deve o Conselho se abster do exame de matéria submetida ao Poder Judiciário, de tal sorte que a chamada "trava" de prejuízos fiscais ficará sujeita, no ano calendário de 1995, à coisa julgada a ser formulada naquela instância. Já no âmbito dos anos calendários 1996 e 1997 provê-se integralmente o recurso.

É como voto.

Sala das Sessões-DF., em 27 de julho de 2001

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE